

UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE: Análise de um processo em construção na UFT

CLEOMAR LOCATELLI
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
locatelli@uft.edu.br

O presente texto propõe uma análise da universidade a partir da sua Avaliação Interna. O objetivo é analisar a relação universidade/comunidade, considerando sua constituição como instituição social, sua função pública e sua busca por uma referência na própria sociedade. Trabalha-se aqui com alguns aspectos atuais do processo de construção da Universidade Federal do Tocantins (UFT), levando-se em conta, principalmente, dados da avaliação feita pela própria comunidade universitária sobre sua responsabilidade social e sobre sua relação com as demandas do mercado. Na discussão, além dos aspectos relativos ao espaço em que a referida instituição está inserida, considera-se o momento histórico de entrada de novos atores no ambiente restrito do ensino universitário. Os resultados revelam que responsabilidade social e demandas do mercado podem adquirir significados diversos para públicos, espaços e tempos diferentes. Conclui-se que, para além dos interesses do público que tradicionalmente busca a universidade, das demandas do mercado e das possibilidades de atendimento pelas instituições universitárias, pensar a universidade atual deve considerar as demandas concretas de um público que tem aspirações e necessidades diferentes daquele que a universidade atendeu majoritariamente no passado. Isso pressupõe pensar novos pontos de partida e, talvez, novos pontos de chegada.

Palavras chave: Avaliação. Universidade. Comunidade.

INTRODUÇÃO

O presente texto propõe uma análise da Universidade na sua relação com a comunidade, considerando sua constituição como instituição social, sua função pública e sua busca por uma referência na própria sociedade.

Analisa-se aqui alguns aspectos atuais do processo de construção da Universidade Federal do Tocantins (UFT), levando-se em conta, principalmente, a avaliação feita pela própria comunidade universitária sobre sua responsabilidade social e sobre sua relação com as demandas do

mercado. Para melhor elucidação destas questões, devemos considerar, além dos aspectos relativos ao espaço em que a referida instituição está inserida, o momento histórico em que se percebe a entrada de novos atores no ambiente restrito das Universidades brasileiras. Este último fato, que surge quase simultâneo ao século XXI, traz uma série de questões para o ensino superior brasileiro que até pouco tempo não estavam postas.

Neste sentido, sem nenhuma pretensão de esgotar a questão, o presente trabalho busca desenvolver uma análise do assunto passando por três eixos de análise: a) como é estabelecido o vínculo entre universidade e comunidade segundo as principais bases legais que regulam a organização do ensino superior no Brasil? B) que argumentos se confrontam na definição das finalidades do ensino superior brasileiro, pautando o relacionamento entre universidade sociedade? C) que indicadores a Avaliação Institucional na UFT têm revelado sobre sua busca por atender as demandas do mercado e/ou por realizar sua responsabilidade social?

Para compreender tais questões, tendo em vista a ampliação do acesso à Universidade nos últimos anos, consideraremos não apenas o atendimento a uma demanda reprimida, mas, principalmente, o que isso tem significado enquanto realinhamento com os anseios da sociedade e das classes com menor poder aquisitivo que hoje têm acesso ao ensino superior.

Devemos ponderar que em tal processo de ampliação, que implicou a presença de outros sujeitos advindos de “classes médias baixas” para a Universidade, impõe pensar a universidade para além de suas temáticas tradicionais. Ela é chamada a ter posicionamentos frente a problemas que antes não adentravam seus muros, problema que nunca ou raramente lhe batiam a porta.

Dentro deste novo contexto, a Universidade passa a ser “incomodada”, por exemplo, com o que acontece no ensino básico. Embora os cursos de graduação de maior *status* ainda estejam relativamente “protegidos” em relação à baixa qualidade do ensino básico, devido às altas concorrências nas seleções para ingresso, já se observa uma fissura no bloqueio

historicamente imposto pela escola dualista¹. Hoje é bem maior a parcela daqueles que passaram a ter como alvo de suas conquistas o ensino superior. Assim, mesmo aqueles que tiveram uma baixa qualidade de ensino, que foram privados dos produtos culturais mais valorizados pelas elites intelectuais, devido à precariedade do ensino básico, estão chegando ao seletivo mundo universitário. Eles trazem consigo objetivos, dificuldades, demandas com as quais a Universidade ainda não aprendeu a lidar.

Neste sentido, dado que o acesso ao ensino superior tem apresentado um novo público também para a Universidade Pública, cabe questionar: que esforço tem sido feito pela UFT, através de suas ações, no sentido de compreender esse “público ampliado”? Como esse esforço se revela na relação da universidade com as demandas do mercado e/ou na efetivação de ações mais próprias à realização de sua responsabilidade social: assistência a estudantes em situação desfavorecida, lutas ambientais, acessibilidade, entre outros?

A seguir faremos uma incursão nas principais bases legais que regulamentam o ensino superior brasileiro e que estabelecem as diretrizes para o seu funcionamento. Buscaremos orientar nossa atenção nas determinações que procuram fundar as relações entre a universidade e a comunidade, considerando o percurso legal e histórico que levou a uma forma específica de ampliação do ensino superior e de sua relação com a comunidade. Esta discussão inicial nos permitirá refletir sobre as principais concepções de Universidade que se defrontam em nossa realidade e sobre os possíveis caminhos adotados pela UFT em sua curta existência.

1. O PAPEL DA UNIVERSIDADE JUNTO À COMUNIDADE: DESTAQUES DO MARCO LEGAL (CF, LDB, PNE)

Para início de uma reflexão sobre a Universidade no Brasil, considerando sua relação com a comunidade, cabe verificar o marco legal constituído nos últimos tempos para orientar esse processo. Embora se saiba

¹ Sobre a teoria da Escola dualista, segundo Saviani (2008, p. 25) “Essa teoria foi elaborada por C.Baudelot e R. Establet e exposta no livro *L’École Capitaliste em France* (1971).”

que sempre existiu uma significativa distância entre o que é posto na lei e o que efetivamente se realiza, não devemos menosprezar o peso da intervenção e regulação estatal sobre o ensino superior no Brasil. Conforme Santos Filho (1999, p. 12):

No Brasil, desde os anos 30, com o estabelecimento do “Estatuto das universidades brasileiras”, passando pela lei da reforma universitária de 1968, com suas subseqüentes e detalhadas normatizações que vigoraram até a nova LDB em 1996, o Estado veio regulando de forma minuciosa, centralizadora e burocrática, a estrutura e o funcionamento das instituições de educação superior do país.

Embora não façamos um retorno muito amplo no processo histórico da nossa legislação sobre o ensino superior, é possível verificar significativas movimentações no que se refere ao arcabouço legal que rege a Universidade. Há aqui alinhamentos nem sempre convergentes. Para uma verificação de tais alinhamentos, dois aspectos merecem atenção especial para a nossa análise: A autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Com a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, fica determinada a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para as Universidades. Fundamentalmente, isso pressupõe que, do ponto de vista constitucional, é papel da Universidade, dada a sua autonomia, decidir sobre sua organização didático-pedagógica, sobre suas prioridades e sobre a utilização de seus recursos, implicando, portanto, que é de sua responsabilidade a discussão e as definições dos rumos que vai adotar.

Para além dessa constatação imediata, no entanto, faz-se necessário notar que a noção de autonomia não tem sido compreendida de forma igual pela comunidade acadêmica e pelo governo. Se de um lado, para a primeira, a autonomia pressupõe maior transparência, agilidade e qualidade social ao padrão de gestão da universidade, para o segundo, essa mesma autonomia, serviu, em momentos de ajustes financeiros do Estado, para diminuir suas responsabilidades com o ensino superior e abrir espaços para privatizar ou transferir responsabilidade para o setor privado. (LODI e LIMA NETO, 1998)

Com relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compreendemos que, como princípio básico para a organização da Universidade, a indissociabilidade requer que o ensino universitário, a produção de novos conhecimentos e a interação com a sociedade se realizem de forma integrada, não dissociada. No entanto, a aplicabilidade de tal determinação não tem se mostrado uma tarefa fácil, compreensões e regulamentações ganham feições conforme os interesses dominantes.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 e, a partir dela, a autonomia e a indissociabilidade vão sendo interpretadas e redefinidas à luz do pensamento hegemônico vigente. No que se refere à autonomia, a lei procura detalhar os campos e as ações que instituições de ensino superior devem atuar, ao mesmo tempo em que vincula a autorização e o reconhecimento a processos regulares de avaliação, situação que é estendida para instituições públicas e privada.

Em relação à indissociabilidade, a LDB reafirma claramente esse princípio no Art. 43, das finalidades. Estabelece que a Universidade deve: “Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”. Estabelece, também, no inciso VII, que é finalidade da Universidade “Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

No entanto, conforme Saviani (2007), a nossa “Carta Magna da Educação” começou a ser regulamentada antes mesmo de sua promulgação. E é através da legislação complementar, no entanto, que vão aparecer as “brechas” para “driblar” a determinação constitucional em relação à indissociabilidade. Fato este que se pôde observar, por exemplo, com o Decreto n. 2.306, de 19 de agosto de 1997. Em seu artigo 8º, ele classifica as instituições conforme sua organização acadêmica em: a) universidades; b) centros universitários; c) faculdades integradas; d) faculdades; e) institutos superiores ou escolas superiores.

Para Saviani (2007, p. 18-9) “Em verdade, os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, isto é, uma universidade de

segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa [...]. Quer dizer, são instituições com as prerrogativas da universidade; logo, universidades, mas sem pesquisa.”

O plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 já previa o aumento do número de pessoas buscando o Ensino Superior no Brasil. Considera, inclusive, que indivíduos com poder aquisitivo mais baixo concluiriam o Ensino Médio e teriam aspirações por um curso de graduação. Ao mesmo tempo, o PNE reconhecia a expansão deste nível de ensino de forma muito mais vigorosa na rede particular e alertava para o fato de que a manutenção de atividades típicas da Universidade, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, ficaria prejudicada sem o crescimento da Universidade pública.

O PNE de 2001 também atribui ao ensino superior e, sobretudo, às Universidades, um papel importante na redução das desigualdades sociais e regionais. Indica que um bom caminho para que este segmento desempenhe bem seu papel é a garantia da autonomia universitária, conforme previsto na Constituição Brasileira: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Examinando os objetivos e metas colocados PNE/2001, vamos perceber uma intenção de caminhar no sentido da expansão deste nível de ensino. Tal intenção fica bem clara na meta número um que prevê alcançar 30% da população entre 18 e 24 anos até o final da década (até 2011).²

No entanto, como se vê no próprio Plano, as principais iniciativas no sentido de alcançar a meta de expansão giram em torno da criação de cursos noturnos, flexibilização curricular, estímulo à educação a distância e à valorização dos estabelecimentos de Ensino Superior não universitários. Dessa forma, não é, necessariamente, a Universidade de qualidade que cresce. Permite-se o avanço de um modelo de estudo superior focado em uma seleção de conhecimentos mínimos, em uma formação aligeirada, buscando atender às necessidades pontuais do mercado com suas mutações cada vez mais rápidas.

² Segundo O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pnad 2009 – Primeiras Análises: Situação da Educação Brasileira - Avanços e Problemas, Apenas 14,4% da população de 18 a 24 anos (faixa etária esperada para o ingresso na educação superior) estavam matriculados em alguma instituição de ensino superior.

Sobre as atividades de extensão e a relação com a comunidade, o Plano se refere à formação continuada de adultos; à criação de conselhos de acompanhamento e controle das ações universitárias, com a participação da comunidade visando assegurar o retorno dos investimentos; e ao estabelecimento de um percentual de créditos (de 10%), na graduação, voltados para a extensão.

Nessa interação Universidade-comunidade, considerando as limitações de um ensino universitário que se volta para o atendimento a demandas imediatas da sociedade, com uma preocupação de calcular os retornos dos investimentos, não há espaço para que a Universidade se debruce sobre um projeto de sociedade, não há espaço para que a universidade busque compreender a sociedade para além de suas necessidades imediatas, para além de suas mazelas alutais. A Universidade como depositária de uma capacidade de projeção, que se afasta do senso comum para propor a superação das formas sociais presentes, parece ter perdido espaço nos documentos oficiais que lhe constituíram nas últimas décadas, principalmente no PNE.

2. AS VISÕES DE UNIVERSIDADE QUE VÊM SE CONFRONTANDO NA REALIDADE BRASILEIRA.

Basicamente, dois tipos de concepção de Universidade se defrontaram na realidade brasileira das últimas décadas: a primeira, trazer a marca de um ensino que se distancia do utilitarismo do saber e valoriza a formação do intelectual. A segunda busca atender às necessidades do mercado.

A primeira, que pode ser considerada pioneira na criação e organização do ensino superior no Brasil, concebe a Universidade como uma instituição social que se reivindica autônoma política, intelectual e econômica. Esta instituição universitária foi pensada para satisfazer a necessidade de instruir as elites, de mantê-las separadas e diferenciadas do mundo do trabalho e das necessidades imediatas. Seu foco não era a preparação para um ofício ou qualquer outra preocupação que se voltasse para os interesses técnicos ou tecnológicos relacionados ao desenvolvimento econômico ou industrial.

Fundamentalmente, buscava formar o intelectual. O intelectual é aquele que não está buscando resolver nenhuma questão da realidade imediata, suas preocupações estariam voltadas para o futuro, sua satisfação é discutir as grandes questões do conhecimento, as grandes inquietações da humanidade.

Segundo Santos (1989, p. 5)

O intelectual é aquele que resiste, e para resistir tem que ser só. É a solidão a grande arma com a qual podem continuar sendo intelectuais. Cada vez que dizemos "nós", afastamo-nos do ideal do intelectual, porque estamos manifestando a necessidade do aplauso ou da cooptação. O intelectual não é aquele que busca aplauso, mas o que busca a verdade e que fica com ela, a despeito do que sejam, naquele momento, as preferências dos seus contemporâneos.

A segunda concepção idealiza a universidade como uma organização social que ganha vida e se estrutura com seus objetivos particulares, fundamentando-se numa compreensão de que deveria agir conforme os interesses estabelecidos pelo mercado. Diferentemente do modelo anterior, aqui a universidade tem o dever de se mostrar útil ao desenvolvimento técnico e tecnológico, deve se importar com a resolução dos problemas econômicos da vida prática e deve propor soluções para as dificuldades do cotidiano.

Nesta última concepção, vamos observar um domínio absoluto da técnica. A definição da técnica não se restringe ao entorno, não é algo que se produza na singularidade de uma atividade acadêmica qualquer, pelo contrário, nem sempre ela é fruto de uma produção acadêmica. Em grande parte as novas técnicas vêm dos centros de disseminação de conhecimento corporativo das grandes empresas internacionais. A política é do mercado. Não cabe ao professor ou ao estudante qualquer ação no sentido de buscar as origens ou implicações de determinada orientação. A ciência se desvincula da verdade porque seu objetivo é o lucro e a apropriação privada deste lucro. O pensamento humano ficou limitado, deve se mover num estreito campo construído pelos interesses econômicos. Há uma tirania do dinheiro e da informação e os fundamentos da técnica e do mercado penetraram no ensino.

Para Santos (1989), há um divórcio entre função de ensinar e o papel do intelectual: a tirania da informação invade a universidade; as

disciplinas se unem pela economia e não pela filosofia; a perspectiva de futuro foi perdida; o professor é instrumentalizado pelo mercado, militância, politicaria, mídia; a globalização apresenta os autores centrais; a crítica interna é cada vez menor – há uma corrida pelo utilitarismo; a técnica é ensinada sem historicidade, sem vida; prega-se o caminho único da globalização; o ensino é cada vez mais fragmentado, acrítico e descontextualizado.

Neste cenário, há uma forte motivação para que se criem universidades privadas voltadas inteiramente para a busca de seus interesses econômicos, adequando-se às demandas do mercado.

Para Chauí (2003), a universidade é uma instituição social, com autonomia perante a Igreja e o Estado, portanto sua constituição está relacionada à liberdade na produção e socialização do saber, à democratização do acesso à cultura e aos bens produzidos pela humanidade. Sendo assim, a relação entre a universidade e o Estado só pode ser considerada uma relação orgânica, ou seja, não há universidade republicana e democrática sem um Estado também republicano e democrático.

A chamada sociedade do conhecimento, segundo a autora, não é propícia à distribuição do conhecimento de forma que seja acessível a todos, que favoreça à diminuição das desigualdades e que melhore a vida de todos, pautada por um novo padrão cultural e social.

Para a ideologia pós-moderna, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compressão dos lugares e instantes na irrealidade virtual, que apaga todo contato com o espaço-temporal enquanto estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento. (CHAUÍ, 2003, p. 7)

É esta mesma ideologia, segundo a autora, que vai sustentar a proposta de reforma universitária no Brasil, defendendo sua transformação de instituição social para organização social. Tal transformação, para Chauí (2003), insere-se nas próprias transformações da sociedade brasileira na esteira das mudanças globais do sistema de produção capitalista. A chamada

“*universidade operacional*” proposta a partir dos anos 1990 no Brasil é uma universidade voltada para si mesma, tem como referência o mercado e o processo competitivo. A universidade como organização social não questiona sua própria existência, sua função e o seu lugar na reprodução das relações existentes, seu planejamento e sua finalidade estão dados, cabe a ela buscar sua eficácia e seu sucesso dentro das suas particularidades e das oportunidades que a realidade permite.

Assim, não se pode negar que os dois grandes modelos de Universidades ainda são dominantes no cenário Brasileiro, reconhecendo-se, como apresentado por Chauí (2003), que a chamada *universidade operacional* tornou-se dominante nas últimas décadas.

Por outro lado, a edificação de uma Universidade que se torne chave na luta para propor novas estruturas de sociedade, uma Instituição educativa que, como propõe Mészáros (2005), assuma seu papel na construção de uma sociedade não mais determinada pelas necessidades da produção de mercadorias, pelo lucro, pela exploração alienante do trabalho, ao que nos parece, tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos, se revela uma tarefa ainda por ser realizada.

3. O MERCADO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS AÇÕES DA UFT SEGUNDO A SUA AVALIAÇÃO INTERNA

A UFT é implantada num período de importantes mudanças no ensino superior brasileiro, ocorridas entre o final dos anos 1990 e 2000. Tais mudanças permitiram que o sistema privado de ensino ampliasse sua oferta dentro das mais variadas formas de organização. Observou-se a abertura de diversas possibilidades para que as pessoas fizessem um curso superior (presencial e a distância), porém, em grande parte, sem grandes exigências em termos de qualidade e de garantias para aos estudantes.

Cabe lembrar, também, que a UFT é implantada a partir das bases de uma instituição já existente no estado do Tocantins. Foi sobre as estruturas físicas e humanas da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) que a UFT deu seus passos iniciais. A UNITINS, antes de ceder espaço para a UFT,

vinha passando por um claro processo de privatização. A cobrança de mensalidades chegou a ser efetivamente implementada, gerando, inclusive, importantes manifestações dos estudantes. Além disso, cabe lembrar também, que a UNITINS, entre o final da década de 1990 e início da década seguinte, transformava-se em uma organização líder na disseminação do ensino a distância no país.

Na sua primeira década de existência, a UFT ampliou seus recursos materiais e humanos e buscou consolidar sua presença no estado. Atuou no sentido de aumentar a oferta de cursos de graduação e de criar alguns cursos de pós-graduação. Melhorou sua infraestrutura e ampliou seu quadro de servidores efetivos. Nas suas composições estatutárias e regimentais, bem como nos seus primeiros planos institucionais, suas bases políticas e estratégicas foram sendo definidas. No seu fazer cotidiano, cercada pelos desafios emergentes, a Universidade foi construindo e revelando sua política de atuação na região.

Faz-se necessário destacar que a UFT tem atendido majoritariamente estudantes oriundos de escolas públicas e com renda familiar inferior a cinco salários mínimos. Segundo o levantamento realizado pela Comissão Permanente de Seleção (Copese), 83% dos alunos são residentes no Tocantins, sendo que 52,9% nasceram no Estado. 35% possuem renda de um a dois salários mínimos e 37% de três a cinco salários mínimos. Mais da metade deles, 64,6%, nunca frequentaram um cursinho pré-vestibular e 68,2% estudaram todo o seu ensino médio na rede pública, sendo que 51,8% concluíram no interior do Tocantins e 20,8% em Palmas, capital do estado.

Compreendemos, no entanto, que esta recente construção institucional é cercada de possibilidades e limites no que se refere aos rumos a serem seguidos e na relação com a comunidade. Por isso, no presente texto, recorreremos à avaliação feita pela própria comunidade universitária sobre os caminhos adotados pela Instituição. Detivemo-nos em dois aspectos: na política de abertura de novos cursos e na especificidade da formação. No primeiro caso, procuramos saber se a abertura de novos cursos tem considerado a responsabilidade social da Universidade e no segundo, como a

formação profissional e intelectual dos discentes tem buscado atender às demandas do mercado.

Compreende-se que tais fatores vistos pela leitura da comunidade universitária, ainda que não revele toda a verdade sobre os aspectos em estudo, podem contribuir na verificação dos rumos que a Universidade vem tomando na região, embora a amplitude da matéria nos remeta a estudos mais aprofundados, sugerindo, inclusive, à necessidade de avaliar os projetos de constituição da instituição, suas diretrizes e seus objetivos, o que nos propomos aqui, não menos importante, é buscar ouvir a comunidade universitária.

Assim, após quase dez anos de atuação da UFT no estado do Tocantins, alguns indicadores, extraídos de sua autoavaliação, parecem-nos bastante adequados para o início de uma reflexão sobre sua presença na região e, principalmente, sobre sua relação com a comunidade.

A aplicação de questionários avaliativos junto aos três segmentos (Estudantes, professores e servidores técnico-administrativos) da UFT no final do ano de 2009, demonstra que esta instituição, como talvez tantas outras no país, atualmente, vive um momento em que não se define claramente no sentido de atender às demandas do mercado ou caminhar na direção de uma clara responsabilidade social. Aliás, estes aspectos, que poderiam ser pensados como partes de uma mesma totalidade, não parecem ter se articulado de forma a fazer parte de uma mesma política.

Como já sinalizado anteriormente, uma primeira abordagem procurou saber se a abertura de novos cursos na UFT tem considerado sua responsabilidade social. Participaram desta avaliação, respondendo sobre esta questão, 1065 integrantes da comunidade universitária de todos os Campi da UFT. As respostas a esta questão foram mais positivas por parte dos servidores técnico-administrativos, no entanto, mesmo entre estes, são pouco mais de 60% aqueles que relacionam a abertura de novos cursos com o cumprimento da responsabilidade social da instituição. No caso dos Estudantes, pouco mais de 50% percebem que a Universidade tenha levado em conta sua responsabilidade social para a abertura de novos cursos. No caso dos professores, este percentual é mais baixo ainda, não chega a 50% os

que consideram que a Universidade tenha considerado sua responsabilidade social para a abertura de novos cursos.

A tabela nº 1 apresenta os números absolutos das alternativas escolhidas pelos participantes da pesquisa e a figura nº 1 mostra o percentual de respostas em cada segmento.

Tabela 1 - A abertura de novos cursos da UFT tem considerado sua responsabilidade social?

Avaliação/alternative	Estudantes	Professores	Técnicos	Todos
Sim	471	47	83	604
Não	97	13	8	118
NAR	276	44	23	343
Total	847	104	114	1065

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT-2010

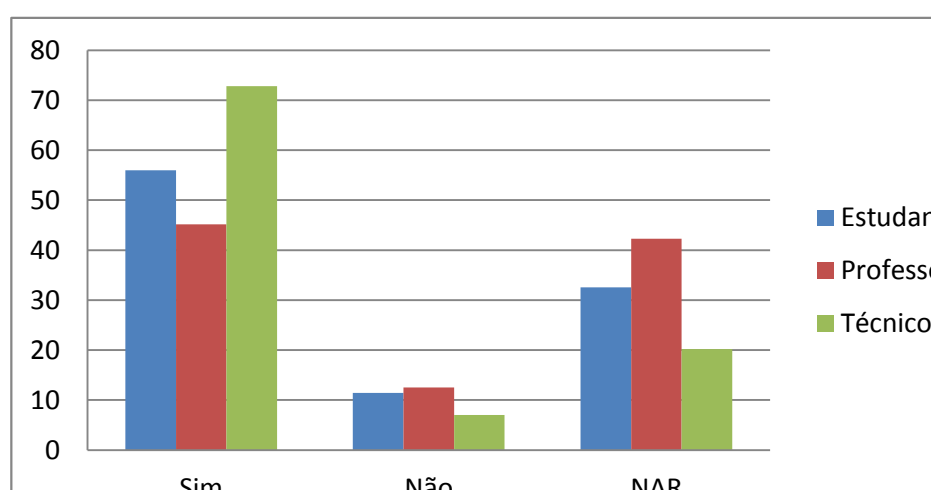


Figura 1 Percentual de respostas de estudantes, professores e técnicos administrativos sobre a consideração do papel social da instituição na abertura de novos cursos.

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT-2010

Uma segunda abordagem procurou saber se a formação intelectual e profissional do corpo discente da Instituição tem atendido às necessidades do mercado. 1065 pessoas responderam a esta questão entre professores, técnicos e estudantes. Deste total, são poucos os que consideram ótima a formação profissional e intelectual do corpo discente para o atendimento às necessidades do mercado, a maioria considera que a formação é boa ou regular.

Na tabela nº 2, apresentamos os números absolutos da pesquisa, considerando a manifestação dos três segmentos da universidade para as alternativas ótimo, bom, regular, insuficiente e não apto a responder, com suas respectivas totalizações.

Tabela 2 - A formação profissional e intelectual do corpo discente da UFT atende às necessidades do mercado de trabalho de maneira.

Avaliação/alternativa	Estudantes	Professores	Técnicos	Todos
Ótimo	108	9	15	132
Bom	402	58	63	523
Regular	223	28	31	282
Insuficiente	73	7	2	82
NAR	41	1	4	46
Total	847	103	115	1065

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT-2010

Na figura nº 2, demonstramos os percentuais das respostas de cada segmento. Observa-se que entre os alunos são pouco mais de 12% aqueles que consideram sua formação ótima no sentido de atender às demandas do mercado. Entre os professores é menor ainda o percentual dos que consideram que as demandas do mercado são atendidas de forma ótima, apenas 8,73%. A avaliação mais positiva é dos técnicos administrativos, entre esses, 13,04% consideram que a formação discente atende, de forma ótima, às demandas do mercado. A grande maioria das respostas, como se pode observar no gráfico nº 2, considera que as demandas do mercado são atendidas de forma regular ou boa na formação profissional e intelectual dos discentes.

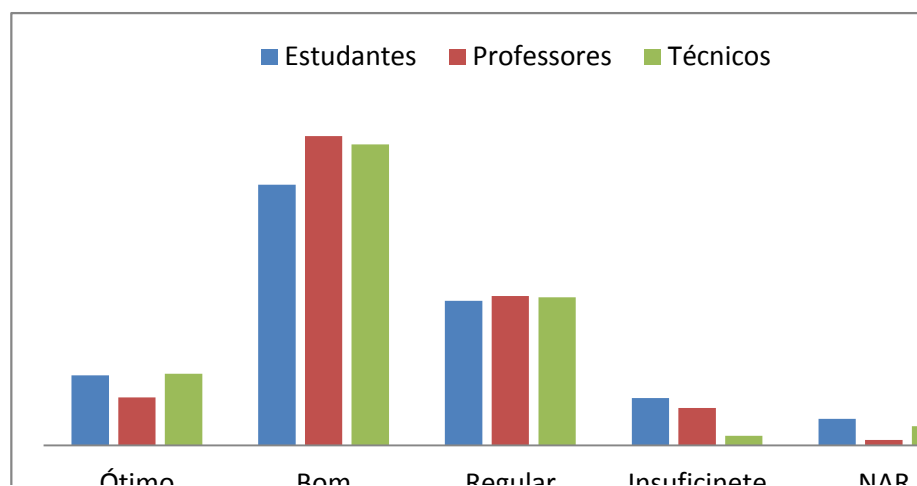


Figura 2 Percentual de respostas sobre a formação profissional e intelectual do corpo discente para as necessidades do mercado de trabalho.

Fonte: Instrumento de coleta de dados CPA/UFT, 2009.

Caso façamos um cruzamento entre as duas questões, vamos perceber, primeiramente, que os integrantes da comunidade acadêmica tiveram maior dificuldade de se manifestar sobre a questão que trata da responsabilidade social da instituição. Neste caso, foram 32,58% dos estudantes, 42,3% dos professores e 20,17% dos técnicos que se declararam não aptos a responder. No caso do atendimento às demandas do mercado na formação profissional e intelectual dos discentes, apenas 4,84% dos estudantes, 0,97% dos professores e 3,47% dos técnicos se declararam não aptos a responder.

Este fato chama a atenção para a dificuldade de se estabelecer claramente o que se entende como responsabilidade social da instituição, pois entre diversas outras possibilidades, a responsabilidade social pode se referir a ações que atendam estudantes em situação econômica desfavorecida, a questões relativas à acessibilidade, à inclusão de setores ou grupos sociais discriminados, a atividades ligadas ao meio ambiente e à diversas outras possibilidades que se referem à promoção da cidadania.

Quando comparamos as manifestações positivas da comunidade acadêmica em cada uma das questões, vamos perceber que há uma ligeira vantagem para o quesito atendimento às demandas do mercado, pois tomando aqueles que consideram ótima ou boa a formação profissional e intelectual dos

estudantes para o atendimento às demandas do mercado, teremos 60,21% dos estudantes, 65,04% dos professores e 67,92 dos técnicos. Quando consideramos a avaliação positiva sobre a observação da responsabilidade social na abertura de novos cursos, encontramos 55,96% dos estudantes, 42,19% dos professores e 72% dos técnicos administrativos. Na média, teremos 64,39% da comunidade universitária considerando ótima ou boa a formação profissional e intelectual para o atendimento às demandas do mercado e 56,71% considerando que a abertura de novos cursos atentou para a responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar o ensino superior no contexto atual, revendo objetivos e organização didática, exige considerar novas perspectivas sociais e culturais, visto que novos sujeitos adentraram a universidade. Faz-se necessário lembrar que a Universidade “não é Instituição de Assistência social, mas, nem por isso, pode desenvolver suas atividades de ensino e pesquisa sem se envolver de maneira intencional para a sociedade que a envolve.” (SEVERINO, 2007, p. 31)

Se toda Educação é um ato político, como propôs Paulo Freire (1987), a Universidade não pode desconhecer que as demandas e as decisões políticas que interessavam a um determinado público podem não interessar a outro. Pensar hoje qual é a universidade dos nossos sonhos deve ir além de intenções sobre sua qualidade técnica em relação à pesquisa, ao ensino e à extensão. Deve considerar que a educação universitária não pode se contentar apenas com um conhecimento que atenda aos interesses daqueles que aceitam e se beneficiam da realidade atual. A Universidade que interessa a esse “novo público” deve estar atenta às possibilidades de pensar novas estruturas sociais, com justiça social, com garantias de direitos e cidadania. Não deve se acomodar diante de qualquer forma de desigualdade, exploração ou humilhação.

Como defendeu Florestan Fernandes (2004), se agora, com a ampliação numérica dos que tem acesso ao “título universitário”, esse “símbolo social” do diploma, até mesmo em algumas áreas de maior status, já não é um grande

diferencial na linha que divide as classes sociais, o crescimento do ensino superior deve também apresentar novas perspectivas de desenvolvimento que supere a dependência cultural histórica.

Na discussão sobre o ensino superior, dentro deste novo contexto, a preocupação é construir um modelo de Universidade capaz de levar à sociedade um conjunto de ferramentas do campo do conhecimento que lhes permita importantes reconstruções, que leve à superação de velhas e novas estruturas de poder e de dominação que historicamente foram impostas contra uma maioria desprovida dos meios materiais. Para além dos clichês, que já não conseguem mais expressar seu sentido original, trata-se de permitir que o ensino superior possa dar atenção à construção de um pensamento crítico, que vá em direção a uma nova cultura (de valorização da diversidade e da democracia) e de um novo padrão de sociedade.

Mas como a universidade pode compreender as novas possibilidades e necessidades daqueles que batem a sua porta? Como captar os novos sentimentos? Que tipo de relação a universidade deve ter com a sociedade? Como a universidade deve se relacionar com o atendimento às demandas do mercado e, ao mesmo tempo, desenvolver sua responsabilidade social? Como compatibilizar essas duas questões?

Consideramos que estas questões permanecerão em aberto. No entanto, percebe-se que, para além dos interesses do público que busca a universidade, das demandas do mercado e das possibilidades de atendimento pelas instituições universitárias, pensar a universidade atual deve estar relacionado às necessidades de seu público. Necessidades que, certamente, não vão se restringir a ter acesso a um emprego, a garantir a sustentabilidade de sua família etc. O ensino que interessa aos novos ingressantes do espaço universitário deve estar referenciado nas demandas concretas de um público que tem aspirações e necessidades diferentes daquele que a universidade atendeu majoritariamente no passado. Isso pressupõe pensar novos pontos de partida e, talvez, novos pontos de chegada.

Nosso levantamento sobre a UFT não é suficiente para que façamos afirmações conclusivas sobre o sentido da política universitária da Instituição. De forma geral, percebe-se que a comunidade universitária entende que há

uma formação profissional e intelectual que busca atender às demandas do mercado. Embora possamos questionar este direcionamento nas ações da Instituição, considerando-a como simples adequação às funções atribuídas ao ensino universitário atual ou uma adesão à chamada “Universidade operacional” como a denominou Chauí (2003), devemos considerar que a entrada de estudantes egressos de escolas públicas e com renda familiar baixa pressiona a universidade para atendê-los em suas necessidades mais imediatas, quais sejam: adentrar no mercado de trabalho, desenvolver-se em uma carreira profissional, melhorar a renda familiar.

A grande contradição desse processo vivido pelas instituições universitárias atuais é que resistir ao atendimento às necessidades imediatas dos “novos estudantes” pode ser tão excludente quanto mergulhar nessas mesmas necessidades visando a uma pura qualificação de mão de obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1994.

_____. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

_____. Lei nº 10.172/01. **Plano Nacional de Educação**, 2000.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. (2010). PNAD 2009 – Primeira análise: situação da educação brasileira – avanços e problemas. Comunicado nº 66. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília, 18 de novembro de 2010.

LODI, L. H. e LIMA NETO, N. Autonomia Universitária e Educação Superior Pública. In: MENDES, C. A. (Org.) **Novas perspectivas na política de educação superior na América Latina no limiar do Século XXI**. Campinas, SP, Editora Autores Associados, 1998, p. 49 a 54.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS FILHO, J. C. dos. Análise teórica-política do Exame Nacional de Curso. In: **Avaliação**: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Ano 4, V. 4 – nº 3 (13) – Set. 1999. ISSN 1414-4077

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção Polêmica do nosso Tempo; vol. 5)

_____. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 (Coleção educação contemporânea).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007

SANTOS, M. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. Conferência de Abertura do **IX ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO**, realizado em Águas de Lindóia - SP, de 4 a 8 de maio de 1998.

CHAUÍ, M. **[A universidade pública sob nova perspectiva](http://reuniufpr.forumativo.com/t46-a-universidade-operacional-marilena-chau)**. Conferência de abertura, XXVI Reunião Anual da ANPEd, 2003. Disponível em: <http://reuniufpr.forumativo.com/t46-a-universidade-operacional-marilena-chau>
Acesso em: 18 de agosto de 2011